

O Parlamento e a Nação

Quando os revolucionarios de Vendas Novas começavam a instalar-se no seu pitoresco reduto de Almada, forte Chabrol do sr. Martins Junior e da reduzida hoste dos seus fiéis, um deputado que, por sinal, é das raras mentalidades que ilustam a sua camara, interrogou em estilo faceto o unico abencerragem que povoava a galaria ministerial, sobre a finalidade desse acontecimento.

A camara, num estado de inconsciencia que revela nitidamente o nivel inferior da sua intelligencia e o conceito pobre das suas responsabilidades, riu sinceramente do estilo alegre do deputado referido. Estava denunciada á sua consciencia de juiz uma insubordinação militar, facto gravissimo como sintoma de indisciplina; marchavam sobre Lisboa soldados e canhões em tom de hostilidade; a poucas horas ia ferir-se um novo duelo entre portuguezes — coisa hilariante numa camara de mentecap'os.

Esqueceu-se a camara de que esse acontecimento, por muito ridiculo que fosse sob o aspecto militar, era o reflexo tragico do estado de espirito nacional, porventura precursor de outros successos de consequencias mais graves. Nenhuma responsabilidade temos no fracassado *pronunciamento* desta semana, mas apraz-nos ponderar que, se a alma da Nação vem de ha muito alarmada toraando possiveis esses actos de audacia alucinada, o Parlamento é o responsavel supremo, porque tem arrastado a sua existencia muito abaixo das funções politicas dando ao país espectaculos dissolventes, desinteressando-se de questões magnas, provando uma incompetencia axiomática.

Desde que o Partido Democratico se outorgou direitos de foreiro da terra que vem lá das cumiadas do Marão ás ribas de S. Vicente, o Parlamento passou a ser a sôde dessa *cooperativa de produção e consumo* como, com precisão, o definiu o deputado sr. Ramada Curto. Perdeu dest'arte a tessitura da mais alta expressão da democracia portugueza para ser uma miseravel sucursal do directorio que reside na Travessa da Agua de Flor, tresandando a iodoformio.

Desde que a fauna obscura, que se entrega lubricamente aos favores magnanimos dessa figura picaresca de videirinho simbolo que é Antonio Maria da Silva, pode organizar á vontade essa monstruosa burla dos recenseamentos, convertendo a mais famosa conquista da democracia num instrumento de appetites ansiosos, o Parlamento justifica todas as revoluções, mesm' absurdas, mesmo desprovidas de finalidade como a que acaba de ser jugulada, porque é constituído, na sua maioria, por uma farandulagem sem idealismo que ali toma as cadeiras como gazuas para apotecidas prebendas.

Ha no Parlamento algumas nobres figuras da Republica, uma meia duzia de parlamentares que honrariam o seu logar em qualquer parte do mundo. Mas essa minguada *elite* parlamentar, pulverisada por todas as minorias, é insufficiente para dar caracter á assembleia nacional, para a tornar util e prestigiosa, para fazer dela o grande agente das modernas correntes do direito social, para a definir perante a consciencia da Nação como o simbolo veneravel das aspirações democraticas e como seu executor.

Um parlamento assim é uma vergonha cara porque custa alguns milhares de contos arrancados á pobreza do erario publico; um tal parlamento é a fonte perene do descredito da Republica; essa ordem rica dos frades democraticos de S. Bento é uma troça irritante, uma falta de respeito pela intelligencia e pela honra da nacionalidade.

O sr. Presidente da Republica só tem um meio de prestigiar o regime, de evitar as revoluções continuas que no desonram no conceito de estranhos: — dissolver aquele reducto com que os democraticos exercem a mais revoltante suzerania sobre o País; entregar o governo a um grupo de homens não queimados nas lutas mesquinhas dos interesses partidarios menos defensaveis, e impôr a esse governo uma consulta á Nação nam sufragio digno, livre dos atropelos que desonram a Republica.

É quando o povo de Portugal puder e souber seleccionar os seus melhores homens, e o seus melhores homens medirem bem o complexo papel que lhes compete de criar e melhorar constantemente a democracia, seguindo de perto todos os fenomenos sociais que se operam no mundo, nessa altura é possivel que o Parlamento seja o patriótico agente de regeneração nacional pela sciencia.

Agora é uma porcarias.

A imprensa e as empresas

Revindiquemos para os jornalistas o direito de exercer livremente a sua profissão

Para condenar a imprensa de hoje—a grande imprensa, bem entendido,—corrupta, venal, escravizada ao poder ou ás oligarquias financeiras, não podemos escolher como ostalão por onde aferir virtudes — a imprensa de ontem. Essa era também indigna da função social que desempenhava e também se vendia, ainda que por menos.

Os nossos jornais do século passado tinham porém um director e proprietario que os dirigia e cujo nome era a taboleta da loja. O Rodrigues Sampaio, o Emidio Navarro, o Mariano, de Carvalho, o Eduardo Coeldo, o Silva Graça, eram os símbolos das suas gazetas, os quais possuíam as boas qualidades e os vícios que os distinguiam a eles. Deixavam-se corromper alguns desses jornalistas. Sem duvida. Ainda há quem se recorde, por exemplo, das celebradas campanhas da «Outra metade» e das «Lamas do Tejo». Comtudo quem se vendia ou se dizia que se tinha vendido, não era a imprensa, não era o jornal tal: era o sr. F. director de tal periódico. Os jornalistas que nesses jornais trabalhavam não eram participes nem nos lucros, nem na desonra. Hoje também não o são nas chatinagens das empresas jornalísticas, que os exploram; mas grande parte do público ignora o.

O desenvolvimento que tomou a industria jornalística e o predomínio que a imprensa diaria passou a ter no mundo da politica e dos negocios, tentaram a cupidéz de alguns argentários e sobretudo de determinadas empresas de negócios escuros, que lançaram mão dos grandes jornais e votaram verbas para subsidiar os pequenos, julgando que assim calavam os rugidos da opinião. Os jornais deixaram, portanto de pertencer a jornalistas, para pertencem a empresas comerciais e socialmente anonimas, constituidas por analfabetos, que punham à sua frente uns testas-de-ferro, vagamente jornalistas, a fingir de directores. A direcção de facto dessas gazetas era e é exercida pelos seus donos, que as hipotecam e alugam, praticando todas as *chantages* à sombra delas. Ora se servem do poderio dos seus jornais para obrigar os governos a ceder, ora se calam perante os crimes do poder que lhes encobre os seus proprios.

E' este o regime da imprensa em Portugal. Citemos um exemplo — o da Moagem. Essa oligarquia, que é das que maiores crimes tem cometido entre nós, embriagada com o delirio das grandezas, apoderou-se dos dois mais importantes jornais do país. Inutilizou um pela deso-

rientação que lhe imprimiu e vendeu depois por bom dinheiro a outra oligarquia igual senão pior. Ficou porém dona e possuidora do primeiro jornal português. Serviu-se dele à maravilha para praticar os seus crimes, obter favores do poder, afrontando até os jornalistas, que em determinada altura nessa gazeta trabalhavam e que não eram tam doccis aos seus caprichos como desejava.

Agora, ou porque tivesse atingido já os seus objectivos ou por que o dinheiro lhe vá faltando, resolveu a Moagem trespassar a loja. E a quem a trespassou? A outra oligarquia politica-financeira, ou melhor bonzo algodoeira, que já possuía o primeiro jornal do Porto.

Até aqui, a Moagem dependente do poder pelos crimes por que poderia ser chamada aos tribunais e pelas negociatas que fazia, prestava-se servilmente a encobrir e a coonestar todos os desmandos dos governos, especialmente dos governos bonzos, que depois do 19 de Outubro, com breves soluções de continuidade, tem sido os capatazes desta roça. Agora saciada ou exausta, entrega a sua gazeta ao Antonio Maria da Silva e à sua quadrilha. Lucra ao menos o regime com isso? Alguns ingénuos serão capazes de o supor.

Dizia-se que não existia imprensa verdadeiramente republicana na capital mais republicana do mundo. Os poucos jornais que defendiam o regime, ou tinham uma vida precaria como o «Mundo», ou eram órgãos de clubs recreativos, como o «Rebate». Impunha-se portanto crear um órgão de opinião que desse garantias de republicanismo. Lançar um novo jornal, com essa feição, seria absurdo, pois levaria anos a penetrar nas provincias e obrigaria a enormes despesas. Estava portanto, indicado adquirir um jornal já feito. Pensaram no «Seculo» mas por uma questão miseravel duns tantos escudos, deixaram esse jornal ir parar às mãos das forças vivas, que armadas com ele tentaram a revolta fascista do 18 de Abril.

Compraram agora o «Diario de Noticias», para servir o regime? Não. Para o utilizar como balão de oxigénio no moribundo da Travessa da Agua de Flôr. Silva, o estadista Silva, teve a veleidade de ser jornalista e vamos a assistir ao espectáculo picaresco do leitor assiduo de Ro-

cambale e das novelas de Paulo de Kok, pontificar na rua dos Calafates sobre os altos problemas políticos e financeiros naquella linguagem bunda, que lhe é peculiar.

Posta de parte a imprensa operaria, que resiste nobremente à corrupção geral e as raras publicações da natureza da nossa, que não estão enfeudadas ás camarilhas politicas e financeiras, tudo o mais é lódo. Os restantes jornais são coisas que a reacção politica, religiosa e financeira manobra a seu talante, ou pasquins, sem leitores, que alugam as suas colunas a tanto á hora, para as maiores torpezas.

Onde está portanto a tal liberdade de imprensa, a fulada liberdade da expressão do pensamento? O estado republicano, o poder democratico, (no peor do sentidos) oneram as manifestações de pensamento com todas as alcavalas proibitivas.

Ha um grupo de homens de boa-avontade, que quer fundar um jornal, um panfleto, lançar uma publicação qualquer para propáganda das ideias de liberdade? Pois o Estado salta-lhe em cima com impostos, sòlos, multas e vexames, como se se tratasse duma empresa industrial, destinada a realizar grossos lucros. Não era assim há quinze anos, apesar de todas as violencias e arbitrariedades do regime deposto.

*
*
*

Para óste estado de cousas há, tem que haver uma solução. A expressão escrita do pensamento não pode ser monopólio dos bonzos da politica, dos moageiros, merceeiros ou olgodoeiros. E' preciso reivindicar a todo o transe a liberdade de escrever. Ainda que tenhamos de a disputar de armas na mão.

Como só os medicos podem exercer clinica, os engenheiros dirigir construções, e os advogados patrocinar causas em juizo, assim só aos jornalistas cumpre exercer o sacerdocio da imprensa, livremente, desafrontadamente.

A industria do jornalismo não é em Portugal grandemente remuneradora e crêmos que não o é em parte alguma.

As negociatas e trasquibernas, que á sombra dos jornais se fazem essas sim que enriquecem quem nelas se mete. Não é grandemente remuneradora — repetimos — a industria jornalística, mas bem administrada compensa dignamente os que nela trabalham. Confiem-na aos tecnicos da especialidade e ver-se-há, como se basta a si própria.

Que haverá a fazer, portanto, para arrancar ás oligarquias politico-capitalistas os jornais de que dispõem? Entregá-los aos jornalistas, simplesmente.

O deputado João Camoesas, em determinada altura esboçou uma tentativa de intervenção do Estado na gerência das empresas jornalísticas.

Era grosseira a forma dessa intervenção e mesquinha a intenção que a guiava. O nosso estadista «ouvira cantar o galo» mas «quiz dizer amor e não lhe chegou a lingua» A reforma a fazer tem de ser mais larga, mais digna, mais avançada.

Parta ella dum acto do poder ou seja a execução dum programa revolucionario, tem que ser feita.

Apresentamos duas soluções, uma mais moderada outra mais radical, que estamos certos satisfariam os jornalistas e os homens de consciencia livre, a quem repugna o actual afrontoso regime em que a imprensa vive em Portugal.

A primeira seria a expropriação por utilidade pública das grandes empresas jornalísticas, que immediatamente se constituiriam em sociedades por acções, com a condição de ser attribuido a cada accionista um determinado número maximo de acções com o direito a um unico voto nas assembleias e as cautelas necessárias nos averbamentos para evitar sofismas. Em cada jornal haveria um conselho de redacção, que elegeria os cargos de direcção e chefia não tendo o administrador ou o Conselho de Administração eleitos pelos accionistas, interferencia na orientação e factura do jornal. Esta seria um esboço, a solução mais suave, dentro das normas juridicas existentes.

A outra solução seria entregar os jornais pura e simplesmente aos jornalistas, ou melhor aos respectivos organismos profissionais, que providenciariam pela forma mais consentânea com o prestígio da imprensa e os interesses dos seus agremiados.

Não pareça que esta organização da imprensa daria ao jornalismo um caracter unilateral. Os jornalistas agrupar-se-iam por correntes de opinião, consoante as suas tendencias e estamos certos de que por exemplo, a «Batalha» não seria menos avançada, orientada pelas seus actuais redactores, do que o é dirigida pelo sr. Santos Aranha, honrado operário marceneiro, nem a «Epoca» passaria a ser menos reaccionaria dirigida pelos jornalistas que nela actualmente trabalham, do que o é sob a orientação do distinto engenheiro de caminhos do ferro sr. Fernando de Sousa.

A Verdade é inseparavel da bondade, a mais legitima das soberanias, o verdadeiro brazão, superior a todos os brazões hierarquicos; a bondade, sem a qual nada pode haver de belo e de util; a bondade, sem a qual não ha tolerancia nem moral; a bondade, sem a qual o mundo se converteria no arido deserto do egoismo humeno, apenas destacado pelo lugubre aforismo dos representantes da Igreja: Cada um para si e todas para Deus! A bondade está destinada a assinalar definitivamente o triunfo moral da humanidade. Ser bom é ser justo. Ser justo é tocar a perfeição.

Magalhães Lima.

cambale e das novelas de Paulo de Kok, pontificar na rua dos Calafates sobre os altos problemas políticos e financeiros naquella linguagem bunda, que lhe é peculiar.

Posta de parte a imprensa operaria, que resiste nobremente à corrupção geral e as raras publicações da natureza da nossa, que não estão enfeudadas ás camarilhas politicas e financeiras, tudo o mais é lódo. Os restantes jornais são coisas que a reacção politica, religiosa e financeira manobra a seu talante, ou pasquins, sem leitores, que alugam as suas colunas a tanto á hora, para as maiores torpezas.

Onde está portanto a tal liberdade de imprensa, a fulada liberdade da expressão do pensamento? O estado republicano, o poder democratico, (no peor do sentidos) oneram as manifestações de pensamento com todas as alcavalas proibitivas.

Ha um grupo de homens de boa-avontade, que quer fundar um jornal, um panfleto, lançar uma publicação qualquer para propáganda das ideias de liberdade? Pois o Estado salta-lhe em cima com impostos, sòlos, multas e vexames, como se se tratasse duma empresa industrial, destinada a realizar grossos lucros. Não era assim há quinze anos, apesar de todas as violencias e arbitrariedades do regime deposto.

*
*
*

Para óste estado de cousas há, tem que haver uma solução. A expressão escrita do pensamento não pode ser monopólio dos bonzos da politica, dos moageiros, merceeiros ou olgodoeiros. E' preciso reivindicar a todo o transe a liberdade de escrever. Ainda que tenhamos de a disputar de armas na mão.

Como só os medicos podem exercer clinica, os engenheiros dirigir construções, e os advogados patrocinar causas em juizo, assim só aos jornalistas cumpre exercer o sacerdócio da imprensa, livremente, desafrontadamente.

A industria do jornalismo não é em Portugal grandemente remuneradora e crêmos que não o é em parte alguma.

As negociatas e trasquibernas, que á sombra dos jornais se fazem essas sim que enriquecem quem nelas se mete. Não é grandemente remuneradora — repetimos — a industria jornalística, mas bem administrada compensa dignamente os que nela trabalham. Confiem-na aos tecnicos da especialidade e ver-se-há, como se basta a si própria.

Que haverá a fazer, portanto, para arrancar ás oligarquias politico-capitalistas os jornais de que dispõem? Entregá-los aos jornalistas, simplesmente.

O deputado João Camoesas, em determinada altura esboçou uma tentativa de intervenção do Estado na gerência das empresas jornalísticas.

Era grosseira a forma dessa intervenção e mesquinha a intenção que a guiava. O nosso estadista «ouvira cantar o galo» mas «quiz dizer amor e não lhe chegou a lingua» A reforma a fazer tem de ser mais larga, mais digna, mais avançada.

Parta ella dum acto do poder ou seja a execução dum programa revolucionario, tem que ser feita.

Apresentamos duas soluções, uma mais moderada outra mais radical, que estamos certos satisfariam os jornalistas e os homens de consciencia livre, a quem repugna o actual afrontoso regime em que a imprensa vive em Portugal.

A primeira seria a expropriação por utilidade pública das grandes empresas jornalísticas, que immediatamente se constituiriam em sociedades por acções, com a condição de ser attribuido a cada accionista um determinado número maximo de acções com o direito a um unico voto nas assembleias e as cautelas necessárias nos averbamentos para evitar sofismas. Em cada jornal haveria um conselho de redacção, que elegeria os cargos de direcção e chefia não tendo o administrador ou o Conselho de Administração eleitos pelos accionistas, interferencia na orientação e factura do jornal. Esta seria um esboço, a solução mais suave, dentro das normas juridicas existentes.

A outra solução seria entregar os jornais pura e simplesmente aos jornalistas, ou melhor aos respectivos organismos profissionais, que providenciariam pela forma mais consentânea com o prestígio da imprensa e os interesses dos seus agremiados.

Não pareça que esta organização da imprensa daria ao jornalismo um caracter unilateral. Os jornalistas agrupar-se-iam por correntes de opinião, consoante as suas tendencias e estamos certos de que por exemplo, a «Batalha» não seria menos avançada, orientada pelas seus actuais redactores, do que o é dirigida pelo sr. Santos Aranha, honrado operário marceneiro, nem a «Epoca» passaria a ser menos reaccionaria dirigida pelos jornalistas que nela actualmente trabalham, do que o é sob a orientação do distinto engenheiro de caminhos do ferro sr. Fernando de Sousa.

A Verdade é inseparavel da bondade, a mais legitima das soberanias, o verdadeiro brazão, superior a todos os brazões hierarquicos; a bondade, sem a qual nada pode haver de belo e de util; a bondade, sem a qual não ha tolerancia nem moral; a bondade, sem a qual o mundo se converteria no árido deserto do egoismo humeno, apenas destacado pelo lugubre aforismo dos representantes da Igreja: Cada um para si e todas para Deus! A bondade está destinada a assinalar definitivamente o triunfo moral da humanidade. Ser bom é ser justo. Ser justo é tocar a perfeição.

Magalhães Lima.

grande obra na pasta de que era titular efectivo — a da Agricultura.

Entre essa obra ha a salientar dois importantes decretos, um dando aos homens do seu curso — regentes agricolas — o titulo de *engenheiros agricolas*, outro dando aos engenheiros agronomos, o grau de *doutôres*.

Não teve então Grilo, tambem já *engenheiro agricola*, dificuldades de convencer o sr. Jorge Nunes, — a quem começou logo a chamar Lloyd Jorge [Nunes — a aceitar os seus trabalhos para as grandes medidas de character social que, segundo dizia, tinham sido feitas de colaboração com o sr. João Ricardo.

Assim, esses decretos, cuja iniciativa pertencia ao sr. Dias da Silva, foram publicados no «Diario do Governo» com a assinatura do sr. Jorge Nunes.

Disse o sr. José Domingues dos Santos, illustre *leader* da Esquerda Democratica, que esses decretos «quizeram, na verdade, corresponder a essa ansiedade de justiça, a essa necessidade de satisfazer ás justas reclamações das classes trabalhadoras». Assim foi. Promulgaram-se os decretos 5636 a 5639, organizando os Seguros Sociais Obrigatorios na doença, na invalidez, na velhice na sobrevivencia, nos desastres no trabalho e a organização das Bolsas Sociais de Trabalho. Estas já foram extintas, poucas funcionaram, e as que funcionaram, foi mal.

Os seguros na doença, na invalidez, velhice etc., nunca se fizeram. Por culpa de quem? Do sr. João Ricardo ou, por outra, do Grilo: Este é quem tudo faz, embora apareça o nome daquele, e isto é tão certo que o sr. Ricardo já hoje é conhecido por João Alfaca.

Dos decretos de 1919, só aquele referente aos desastres no trabalho se fez sentir, e esse, porque a sua acção vinha já de longe. Eram os efeitos da lei Esteavam de Vasconcelos.

Após a publicação dos decretos a que nos referimos, foi promulgado o n.º 5640 organizando o Instituto de Seguros Sociais. Começa aqui a desorganização do Ministerio do Trabalho. O sr. João Ricardo arma em sóba, e desvia este departamento publico do fim para que fôra criado.

O recrutamento do pessoal não se faz entre republicanos mais competentes, faz-se entre os que mais influencias tinham junto dos directorios dos partidos. E de repente aparecem junto da grande mesa do orçamento, cerca de trezentos funcionarios effectivos, — não contando com os assalariados que eram mais do dobro — entre os quais tem especial deferencia, os parentes e conterraneos do sr. João Ricardo.

Para se avaliar como foi o seu desatino ad-

ministrativo, basta verificarmos que foram criadas onze direcções de serviços, que tem os seus respectivos directores e que, tendo o conselho de administração onze administradores, e para alguma coisa fazerem que justificassem o dinheiro que recebiam ao Estado, foi lhes dada a importante função de superentenderem sobre as direcções de serviços. Como claramente se vê, ha aqui dois funcionarios superiores a dirigirem as direcções, o administrador e o director dos serviços. Mas, ha mais: o Ministerio tinha como todos, um chefe do pessoal menor, criou-se então outro para o sr. Ricardo com dois sub-chefes e um correio.

Casos de protecção escandalosa não se contam. Citaremos dois ao acaso.

Um sobrinho do sr. Ricardo, que foi nomeado segundo official, ainda estudante de engenharia, fez o seu curso sem ir á repartição. Terminado o curso, foi logo nomeado engenheiro para o Ministerio do Trabalho, e colocado, em Évora, numa das suas dependencias.

Um outro sobrinho, funcionario tambem colocado em Évora, só lá vai ao fim do mês receber o ordenado. Está em Vendas Novas, á frente dum estabelecimento que a familia Ricardo lá tem.

E assim se tem criado o desprestigio duma das grandes obras da Republica—os Seguros Sociais.

O sr. João Ricardo fez do Ministerio do Trabalho um sóbado. E' lá o seu posso, quero e mando.

Todas as outras direcções gerais tem sofrido da sua parte uma perseguição sem limites. Servindo-se da sua situação politica, tem-se feito relator do Ministerio do Trabalho, função imoral para um funcionario dependente dos serviços a que o orçamento respeita, e aí corta verbas, elimina serviços a seu belo prazer para satisfazer as suas inimidades pessoais.

Foi nesta situação que o Ministerio do Trabalho foi extinto. De facto ele não correspondia inteiramente á função para que foi criado. Era necessario remodelá-lo.

Remodelassem-no.

A sua extinção foi um erro.

Talvez que o sr. Costa Cabral o quizesse remodelar, mas não teve força para romper com o sr. Ricardo, porque entre eles outros valores mais altos se levantam — os das conveniencias partidarias do P. R. P.

A GRANDE CRISE

Em todos os campos, muito personalismo e pouco idealismo.
 — As dissensões na organização sindical — Disputas entre os chefes — A C. G. T. da Calçada do Combro e a futura C. G. T. da Graça — A crise é geral, afecta todos os partidos, todas as classes e todo os grupos ideologicos

A sociedade portugueza debate-se horrivelmente em dissensões profundas, em dissensões que só o estreito personalismo e o interesse particular provocam. As consciencias apartam-se de todo o ideal, quer o ideal aspire para um longinqua futuro ou apenas deseje melhorar o momento que decorre. De todo o ambiente social se foi a mentalidade sonhadora ou previdente dos apóstolos, a intelligencia demolidora ou reconstrutora dos criticos e dos scepticos.

Não falemos, agora, da dissoluta moral desta sociedade em decadencia, desta sociedade que se desvaloriza no egoismo e na brutalidade. Falemos desse sindicalismo que surgiu como arauto de uma nova sociedade, que teve paginas soberbas na defesa das liberdades ameaçadas e muitas veses, em unidade de frente com as vastas aspirações democraticas e socialistas, foi barreira inexpugnavel ás vagas de assalto do reaccionarismo odioso.

Não falemos, agora, dessas divisões oportunas que atiraram a Republica para o pantano dos escandalos e do autocratismo de antigos regedores e monarchicos sem escrupulos, que desacreditaram um ideal de belesa e de progresso e desiludiram a mais carinhosa esperança popular. Falemos antes desse sindicalismo que deveria ser o farol vermelho que, altivo sobre o mar revolto dos personalismos, firme sobre as marés impetuosas de belas aspirações, indicasse á tormentada nau republicana, bem digna de honrados pilotos, a rota segura para a finalidade social da democracia.

Tambem esse sindicalismo, que foi o pavor da reacção, se encontra nesta hora triste dividido por interesses mesquinhos, por ambições pessoais e por caprichos de facções sem ideal e sem mentalidade. Unida, firme, confiante e disciplinada, apenas se mostra a grande massa operária, formidavel exercito que geraes ignorantes e improvisados não sabem manobrar com sabedora estrategia.

Primeiramente, a facção comunista, antes insubordinada nos corredores da C. G. T. sombria e desconfortavel, irrompeu nesse arremedo parlamentar que se chama conselho confederal e mais não é que a falsa e atraioçoa-da representação da massa sindical. Foi vencida essa facção, mais pelo numero de votos do que por qualquer superior manifestação de mentalidade. E da derrota ficou o germe da scisão, que se formou e tomou corpo, um meio de paixões insensatas e personalismos irritantes, que afugentaram os bons, os sinceros idealistas.

E eis que uma outra C. G. T. se anuncia para breve, como se anuncia qualquer instituição de interesse mutuo ou sociedade de jogos familiares. Possivelmente, novos chefes irão degladiar-se, sem uma espirital afirmação de idealismo. De um lado e de outro, os chefes sindicalistas cruzarão fogos de barragem sobre essa terra de ninguem que ao operariado se aponta como a sociedade futura.

Os campos dividem-se ao risco caprichoso dos che-

fes na sociologia meditada em folhetos de cordel, julgará toda a gente que se vai assistir a uma «guerra civil» no sindicalismo; mas não, senhores, apenas se vão observar as dissidencias dos luminares: a massa operaria, unida, firme, confiante e disciplinada não dará pela disputa dos chefes e continuará sendo um formidavel exercito, votado ao ostracismo e muito tarde voltará a ser garantia inquebrantavel da vitoria decisiva do progresso e da liberdade, uma acalentadora esperança de regeneração social.

Nas duas C. G. T., cada uma designando-se por méras denominações partidarias, a luta pelo predomínio prosseguirá. Na C. G. T. dos Paulistas, a facção dos sapateiros não se resignará a abandonar a influencia: terá por si os falsos representantes dos operarios de mobilario — pequenina facção, que tem a direcção da *Batalha* — dos mineiros do Sul — um ou dois individuos que governam na mais alta instituição do anarquismo official, uma U. A. P. que pretende ditar o pensamento libertario de uma centena de pessoas incautas. Contra si, terá a facção dos sapateiros a facção dos metalurgicos, força de respeito, a dos operarios da construção civil, acompanhadas das minusculas facções dos ferroviarios, dos graficos e dos maritimos dissidentes. E na C. G. T. que irá situar-se na Graça? A mesma luta. Os arsenalistas predominarão e não sabemos aiada se os maritimos e os funcionarios publicos não passarão a desejar esse prodomínio.

Emfim, os partidos, é certo, dividem a Republica, não em ideais incontrovertidos, mas em influencias personalistas. No sindicalismo, tambem as facções dividem a massa operaria, não em divergencia de principios, mas em rivalidades de chefes.

Uma só massa operaria. Duas grandes organizações. Numerosos pretendentes á influencia absoluta na opinião sindical. Por isso se faz uma polemica sem intelligencia nem coerencia em volta do porta-voz, cujo lugar de director seduz tantas almas pequeninas. Predomínio duns ou doutros, todos improvisados deputados dum parlamento artificial. Ausencia de mentalidade. E a compacta classe operaria alimentando aspirações sempre iludidas e nunca atendidas.

Qual a diferenca da sociedade burguesa?

Uu povo de uma só fé. Apenas dois grandes partidos, com numerosos pretendentes á influencia absoluta na opinião nacional. Por isso se faz uma polemica sem intelligencia num bom senso em volta da Republica, cujo monopolio seduz tantas almas pequeninas. Predomínio de improvisados democratas com um parlamento artificial. Ausencia de mentalidade politica. E a grande massa da nação a alimentar aspirações sempre iludidas e nunca atendidas.

Tremenda crise que a sociedade portugueza está atravessando!

Factos e Comentarios

Principios

E' dos bons principios republicanos o combate sem treguas á *batota*. Como os outros, este está esquecido e, de um extremo ao outro da cidade, os *clubs*, as pataqueiras pululam roubando o pobre e espalhando largamente a imoralidade que campeia e prolifera através a ansia de dinheiro, luxo e prazer!

O governo sabe que assim é, o sr. governador civil sabe o que por aí vai mas não actuam, não perseguem batotas e batoteiros e, cúmplices de um crime que envenena a sociedade, afirmam-se impavidos defensores da ordem... e aos *clubs* vão comer, em quanto nas suas barbas, com o seu confecimento e para escarneo de tudo isto, se joga e, a pouco e pouco, se vão sumindo nos abismos estiolantes da cocaina, morfina e roleta, algumas centenas de vidas...

Os principios! Para quê os principios?

O grande trama

A empreza do *Seculo*, dizem, passou por uma grande transformação.

A sua propriedade safu das mãos da U. I. E. para passar ás de tres ou quatro excelentes cavalheiros.

Onde foram eles buscar o dinheiro?

Que fins tem? Que verdade ha nuns celebrados planos de infiltração italiana nas nossas colonias e nas ligações que o sr. Pereira da Rosa tem com tal gente?

Um juiz do Supremo. . .

Contra a lei, contra a constituição, contra todos os principios, mantem-se incomunicaveis, ha não sabemos quantos dias, os burlões do *Angola e Metropole*.

Contra esse atropelo aos principios basilares da Republica protestamos como protestamos quando, sob as grades da prisão, gemeram durante oito longos mezes os operarios acusados de legionarios.

O monarchico que preside ás investigações esquecera-se da sua qualidade de magistrado juiz do Supremo para usar do seu espirito reaccionario.

O monarchico Alves Ferreira é coerente com os seus principios politicos contrarios á liberdade.

O governo da Republica que tal consente só não é criminoso porque è... parvo... tristemente parvo.

O surgir da "Choldra,,

O nosso aparecimento foi recebido pelo povo republicano com carinhoso entusiasmo.

Do primeiro numero da *Choldra* quasi só nos restam os exemplares necessarios as colecções.

Continuaremos o nosso caminho em linha recta e direitos ao fim, sem tibiasas nem desanimos.

Aos nossos colegas da Imprensa que se nos referiram, agradecemos as palavras com que o fizeram.

Agradecemos mesmo aos que mal nos receberam. Não o estranhamos por que tal contavamos como certo.

"Hennies,, o misterioso

Em todo o complicado crime do Angola e Metropole, através todas as demoradas investigações da policia, uma figura se esbate — sombra e misterio — cuja acção deve ter sido a maior e a mais tenebrosamente perigosa na obra maquiavelica das notas falsas: a do alemão Hennies.

Quem é? Porque não foi prezo?

Quem será o seu delegado entre nós? O seu inteligente e poderoso delegado? O homem que procurará, por todos os meios, impedir que os presos digam *tudo*?

O que se passa ?

Na Comissão de Contas da Camara dos Deputados vem-se arrastando ha longos dias o caso do Banco de Portugal com a averiguação das razões que levaram o sr. dr. Amancio d'Alpoim a gritar, em pleno Parlamento, alto e bom som, grossas e graves cousas.

Sabemos que os factos se embrulham dia a dia mas não compreendemos a estranha, a inexplicavel demora em dizer do já averiguado quando se encontra em perigo o credito do Banco ao qual chamam... do Estado.

Que singulares misterios estes, os do governo do sr. Antonio Maria...

o "Mundo,,

O nosso querido colega da imprensa diaria, o «Mundo», encontra-se suspenso tendo lhe, ha dias, sido seladas as inslalações.

Sabemos e conhecemos qual a temerosa mas mesquinha trama de facciosismos baixos que levou o sr. Carlos Trilho a assim proceder.

Sim, registamos e falaremos...

UMA CAMPANHA SUSPEITA

Contra a politica e o parlamentarismo

Conjurando um perigo que ameaça a Liberdade. Revelam-se os fins de uma campanha e desmascaram-se os seus autores. — Para que se fomenta o odio aos partidos e ao parlamento. — Uma differença em que o operariado precisa meditar. — A apolitica é impossivel. — Em Portugal politica-se, mas não se faz politica. — O que é fazer politica. — Politiquice, politicões e politiqueiros. — Ha que distinguir senhores!

Calculadamente alimentada pela reacção, tem-se formado entre nós, ha uns tempos a esta parte, uma acentuada corrente anti-parlamentar e anti-politica que reputamos perigosissima para a causa da Liberdade. Essa corrente engrossa dia a dia, captando conservadores e revolucionarios, e alcança já—e isto é que é sumamente grave—as proprias massas populares.

Essa conquista das massas populares tornou-se facil, e explica-se.

Por um lado, a incompetencia governativa, as ambições pessoais da maior parte dos nossos homens publicos, o desinteresse dos governos pela situação das classes menos favorecidas pela fortuna, a nulidade e a falta de isenção de muitos dos individuos que tem constituído a pseudo representação nacional e os espectaculos vergonhosos que o Parlamento por vezes tem oferecido ao país, tornaram o ambiente assás propicio ao bom acolhimento dessa propaganda contra os politicos e contra o parlamento.

Por outro lado, essa acintosa campanha, não contra os maus politicos, não contra os parlamentares nascidos dos concillabulos partidarios e das corrupções eleitorais, mas contra a politica e a instituição parlamentar, parecia ajustar-se aos principios que guiam as classes trabalhadoras sindicalizadas e os nucleos revolucionarios sociais que substituem a acção estatista e parlamentar pela organização federativa das classes e pela acção directa.

Ha evidentemente uma enorme differença entre a politica anti-estatista e o anti-parlamentarismo do operariado que luta por uma organização social, baseada em moldes absolutamente diversos dos da actual, e o anti-parlamentarismo e a apolitica desses que ultimamente surgiram a vociferar o seu odio aos partidos e ao parlamento.

E' evidente essa differença; mas a grande maioria, dela se não apercebe, e de aí o caso verificado de, em Espanha—onde igual propaganda se fez contra os politicos e os parlamentos—o operariado lutador ter aplaudido a ascensão de Rivera à governação do Estado, crente de que ele iria libertá-lo do «cancro da politica» e da «cafifa dos politicos!»

Idêntico perigo nos ameaça. Torna-se, pois, preciso conjurá-lo desmascaramo os propositos desses apoliticos e anti-parlamentaristas da ultima hora. E' preciso que se saiba que com essa propaganda contra o parlamento e os partidos pretende-se criar o ambiente e preparar os espiritos para a aceitação do regime da ditadura.

agrupando todos os «patriotas» para a reconstrução e o engrandecimento do país.

Foi assim e com esta apregoada finalidade que se constituiu o fascismo na Italia e que Rivera justificou a sua ditadura. Mas o que são o riveirismo e o fascismo, que se alcandoraram no poder e exterminaram logo de inicio os partidos com a justificação de que «o país não carecia de politica mas de administração, ordem, justiça e sobretudo moralidade», senão partidos politicos? E o que fazem eles senão politica, e a pior das politicas—a do regime da ditadura?

A afirmação apolitica dos que se propõem combater os partidos é, pois, uma mentira, porquanto as forças apoliticas não fazem senão politica e os anti-partidaristas constituem elles proprios um partido. Nem de outro modo podia acontecer.

E' possivel a quem quer que queira governar uma nação, dirigir um povo—e é o que eles pretendem—não fazer politica? É impossivel, porque a politica não é outra coisa senão a arte de governar os povos, como a definiu Platão, ou a arte de dirigir as relações de um Estado com outro, como querem os dictionarios, e, portanto, sem uma politica, qualquer que ela seja, não é possivel governar.

Essa politica pode ser boa ou má, pode ser esta ou aquella, isto é, pode-se governar nesta ou naquela direcção, com este ou aquele objectivo. E, assim, a cada regime corresponde uma politica.

Num regime oligarquico, como aquele em que vivemos, ela viza a dominar o povo sujeitando-o ás oligarquias; num regime democratico, como aquele em que aspiramos a viver, ela viza a integrar o povo na governação publica e estabelecer entre os cidadãos a maior independencia e igualdade. Por consequencia, ha apenas diversidade de politica, mas não ha nem pode haver apolitica.

Aos que andam para aí pregando que o mal do país tem sido a muita politica que se tem feito, ha que perguntar quando é que se fez politica em Portugal. A não ser que esses cavalheiros entendam por politica a politiquice dos cafés, as manobras do caciquismo, a intriga dos corrilhos, o fazer e desfazer de grupinhos de nulidades ambiciosas, a luta de baixas e ferozes competições entre os *leaders*.

Mas isso não é, senhores, fazer politica! Fazer politica, faze-la, produzi-la, criá-la, é estudar, com intelligencia, consciencia e competencia, os interesses da colectividade, formar acerca delesuma opinião definida, agrupar os que concordem com essas ideias para que as propaguem, e se esforcem pela sua execução; é criar em torno dessas ideias uma corrente de opinião para

Com o rotulo de «acção nacionalista» pretende-se constituir uma força extra-partidaria, dita apolitica,

"Féria de los innocentes"

Junqueiro teve uma vez uma frase rascante numa hora funebre de visão apocaliptica. Não a reeditamos agora mas recordamo-la ao fixar o formigueiro actual de S. Bento. A enxerga apodreceu de todo mas os percevejos proliferaram. Alguns meteram-se como piolhos por costura e vieram tomar guarida nas cuécas da Eloquencia. Fizeram-se parlamentares.

* * *

Em S. Bento ha a eloquencia de citrato de magnesia e a eloquencia de pastel de nata, da fabrica do Passadas.

A primeira alastra no *parquet* do hemiciclo. A segunda estuda com pachorra os improvisos e chega a dizer *apoiado* no fim de tres anos.

Cesar ou João Fernandes. Ou o sr. Rafael Ribeiro ou o sr. Ornelas da Silva.

* * *

Um homem que nas ocasiões dificeis coça o piolhinho da péra não é um estadista: é um pente dos bichos. O sr. Antonio Maria da Silva não possui uma péra historica, mas tem no queixo um Jardim Zoologico completo. Se coça muito sai-lhe de lá o sr. Nunes Loureiro em tamanho natural...

* * *

Ha polvora sem fumo que vale o Banco de Portugal. O sr. general Correia Barreto é, no Congresso, o que o sr. Poreira da Silva é na marinha: um kisto engravado. Foi-se á polvora e tirou-lhe o fumo, e dèste fez o Arsenal do Exercito que lhe tem dado uma mina inexgotavel—com fumo e sem fumo.

* * *

Ter ideias novas e chamar-se Velhinho é triste. Mas ser Velhinho nas ideias e no nome é pior. Afirmase que o sr. Velhinho Correia, não tendo já mais navios para engravar, se vai entregar agora ao desporto de desenravar as proprias ideias.

* * *

S. Bento:—Praça de Algés e Universidade de Cacilhas. Se lhe deitam Agua de Flor, tirante as excepções, transformam aquilo em guano nacional.

(MAXIMAS de Gustavo le Mau, que não foram traduzidas pelo jornalista José Parreira.)

que elas recebam a sua força da vontade popular; é defender, com fé e com entusiasmo, essas ideias, mantendo sempre a coerenza dos principios e por elas sacrificando os interesses pessoais; é, enfim, lutar com denodo e galhardia, com isenção e grandeza moral pelas ideias e opiniões que consideramos uteis para o bem geral.

E é, por ventura, isto o que para aí se tem feito? Não.

Portanto, áqueles que affirmam ser a multa politica o mal de que enferma o nosso país, nós dizemos que Portugal sofre precisamente porque ainda se não chegou, verdadeiramente, a fazer politica.

Contra, pois, os politiquellos e politicões que não fazem senão politizar, o combate é merecido, é necessario, é benefico.

Contra a politica, no verdadeiro e elevado significado da palavra, a campanha é idiota, é injusta e tem a torna-la suspeita o ferrete dos dictadores.

A verdadeira politica, desinteressada, aberta, limpa, idealista, nada tem que ver, senhores, com essa politica falsa, interessada, ôca, repugnante e corrupta.

"A Choldra" no parlamento

Palavras do deputado dr. Pestana Junior a proposito do recente gesto revolucionario.

Reproduzimos na integra, embora com as naturais falhas proprias de um extracto feito de momento, o discurso que, no Parlamento, pronunciou o sr. dr. Pestana Junior e com cuja doutrina concordamos:

Sr. Presidente:

Por não estar presente o illustre *leader* do Grupo da Esquerda Democratica e por incumbencia dos meus colegas presentes, pedi a palavra a V. Ex.^a

Parece-me que não são descabidas as minhas palavras neste momento.

Em Portugal é endemica a mania das revoluções, vive-se para as revoluções. Mal se sufoca uma já novos elementos se reúnem. Succede isto até quando o sr. Antonio Maria da Silva está no poder!

O que é para lastimar é que, sufocada esta revolução, se digam aqui palavras de aggressão, palavras de violencia para os vencidos, palavras de condenação da parte da maioria governamental...

SOB O DOMINIO DE UMA POLITICA DE CORRILHOS E SINDICATOS DE NEGÓCIOS

Sr. Presidente: Ha anos a esta parte que em Portugal se balança a politica entre interesses mesquinhos... (*apoiados*) Apenas ha a politica de corrilhos (*apoiados*) feita pelos sindicatos de politica e negocios... (*apoiados*).

E' isto que o governo não comprehende, não entende. Os homens que se revoltaram eram sinceros republicanos. A todos nós, que republicanos somos, nos envergonha e revolta este estado de coisas, esta estagnação (*apoiados*). Isto, como muito bem disse o sr. Ramada Curto, é uma *coisa idiota*.

Isto tem o sem reflexo lá fora, e, em França, levou o sr. Tardieu a dizer na camara francesa: «Nous avons tombé au dessous du Portugal» (*sensação*).

Disse-o para justificar a sua volta á politica! Disse-o para não querer que o seu país ficasse a *baixo de Portugal!*

Assim anda a nossa honra nacional!

Como é mesquinho tudo isto, como é idiota tudo isto! Já não ha inteligencia!

PERANTE A LIBERDADE E A DEMOCRACIA EM PERIGO, NÃO HESITAREMOS EM CONSPIRAR!

Sr. Presidente: Houve um homem que todos nós conhecemos que conseguiu arrancar artilharia de um quartel disciplinado, onde officiais vão receber instrucção. E' este um sintoma grave e a demonstração clara de que o povo não comprehende isto que se passa no parlamento e não se justifica a politica do governo.

Sr. Presidente: eu falo com um certo arreganho, porque não tenho nenhuma especie de solidariedade (*apoiados*) com a gente que fez a revolução (*apoiados*), mas digo que não estou nesta casa simplesmente para apoiar o governo; estamos, sim, para opposição, mas criteriosa e systematica.

Nunca entrei em revolução nenhuma depois daquela que implantou a Republica em Portugal. Nunca conspirarei senão quando os governantes saírem das normas constitucionais, mas se amanhã me convencer de que devo conspirar, daqui declaro a V. Ex.^a que eu e os meus amigos estaremos vigilantes para que a Democracia não morra sufocada, porque se ela tiver de morrer, morrerá connosco, que não queremos sobreviver a esse golpe nas liberdades publicas. Tenho dito.

DA VIDA MENTAL

Otelo furioso e o Teatro Nacional — chão salgado

A ultima companhia que explorara o Teatro Nacional morrera de caquexia, suavemente, depois duma agonia lenta, num dia triste de inverno. Fizeram-se-lhe as exequias, embora não tivesse havido convites especiais por expressa recomendação da finada. Houve quem soltasse um ai de alivio e algumas pessoas de idade, do tempo de D. Maria, choraram uma lágrima saudosa. Todos porém, disseram o *Requiescat in pace* do ritual.

Surje porem Otelo furioso, actor comico de revista que é aliás o 1.º prémio de tragedia do nosso impagavel Conservatório e mete ombros á empreza de restaurar o prestigio da Casa de Garret. Na «nossa primeira scena», como diz em momentos de bom humor o meu querido mestre e amigo Avelino de Almeida, nessa primeira scena triste da arte dramática portuguesa, entra a guizalheira de Arlequim. A farça agalegada deblatera chalaças porcas sobre o tablado venerando, onde o Romeiro de «Frei Luis de Sousa» bateu com seu cajado peregrino. E' o fim. E o ultimo acto da Tragédia. Cabia, por direito, ao nosso primeiro actor tragico e á nossa Sara Bernhardt... interpretarem o quadro final,

Sobre o cadaver da casa de Gil Vicente os corvos disputam já os despojos de appetite. Dantas, o pratico Dantas, quer arranjar uma plataforma, pela qual só as suas peças serão de futuro representadas; Gaio, o fecundo Gaio, escreve uma proposta longa e confusa, como as suas produções, onde se fixa este principio basililar para dramaturgos que não têm publico—dez contos por cada peça de autor português, ainda que esteja em scena só uma noite; a sociedade por quotas dos autores e compositores reúne e nomeia comissões que estudam reformas e recorrem—o poder dos simbolos!—aos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia, talvez para saber que tratamento deve ser aplicado aos engeitadinhos; por seu lado os actores—e é essa a unica tentativa simpática—reunem, e, organizados em syndic to profissional como já estão, pretendem explorar como lhes cumpre, a industria teatral.

É minha convicção que todas as tentativas serão inúteis. O Teatro Nacional está condenado. A Casa de Garret é um bluff, há muitos anos mesmo que não é outra cousa. Para quê uma scena normal, se todos os nossos artistas dramaticos entram no Teatro pela porta do cavalo, isto é, pelo amadorismo, pelos palcos dos clubes recreativos e dos sol-e-dós dos bairros excentricos? Para que uma casa de espectaculos subvencionada pelo Estado, onde todos os dramamiferos incipientes dejectam as primicias de seu engenho? Para que um santuario do Teatro Português, se esse teatro, tirados alguns autos de Gil Vicente, de mero valor arqueologico, e algumas peças romanticas, irrepresentaveis hoje—é lixo puro?

A solução que proponho será um pouco radical convenio, mas é a unica consentânea com o momento que passa, madrugada de 3 de Fevereiro do ano quasi de graça de 1926. O antigo D. Maria conservou muitas das caracteristicas do velho Paço dos Estaos, pois a arte tem tambem sofrido nele tratos de polé. Deve portanto ser simplesmente arrazado, como reliquia afrontosa duma epoca de tirania mental, erguendo-se na área por ele occupada, depois de salgado o chão, uma memoria que diga pouco mais ou menos assim:

«Aqui foi outrora «a estagem das moças» e depois a «estagem das velhas» ou melhor das «moças da idade avançada»; aqui funcionou o Tribunal da Santa Inquisição e representou farças o tragico Otelo—Mandado ar-

razar o edificio e salgar o chão em nome da bom-senso e da ancía de ressurgimento artistico.—No ano de 1926»

Podem depois ornear á vontade nas Camaras, os ministros e parlamentares que tem ou querem ter as mancebas por conta do Estado na casa de passe do Teatro Nacional...

Um desfalque do tesouro, contado pelo Dr. Da Cunha Dias

O Dr. Da Cunha Dias, pena elegante de panfletario e polemista calmo e mordaz, occupou-se numa serie de brilhantes artigos na «Batalha» do furto praticado á Nação por um homem chamado Batata, que ainda é alto comissario da Republica em Angola e que deu de mão beijada á banca de Lisboa 400.000 libras dos dinheiros publicos.

Reunii o autor esses artigos, lê-os acompanhar de elucidativas notas, documentou-os com fac-similes de jornais a que se reporta no texto e publicou-os num volume elegante, como tudo o que o seu inexcedivel gosto em assuntos graficos ordena e arranja. Intitulou o livro «O desfalque do tesouro»; O, porém, é gralha. «Um desfalque do tesouro» é que deve ser, pois o roubo das 400.000 libras é simplesmente um da serie que os senhores desta roça veem praticando ha longos anos.

Da Cunha Dias, que sabe revestir os seus pensamentos duma forma elegantissima, nervosa, ductil, como ferro de florete, chicoleou dignamente o Batata, por forma que se nesta terra houvesse vergonha, não já nos de cima que a não tem em parte nenhuma, mas nos de baixo,—o dito Batata teria sido já corrido, pelo menos á batata.

O livro do Dr. Da Cunha Dias, valioso documento da corrupção que gafa esta republica de batoteiros e videirinhos, tem um capitulo a menos, porém. Talvez o audacioso panfletario o escreva agora. E' o que deve referir a forma como foi liquidado por outro «Batata», o tal em prestimo feito pelo Estado aos Espiritos-Santos de oerhas asininas, liquidado, pela qual 300.000 libras, emprestadas em 1919, não valem hoje sequer 20.000. Essa liquidado, feita por escritura publica e que nenhum despacho portaria, decreto, ou sequer lei do país poderão alterar, merece que se ocupe dela alguem com o desassombro, a nobreza, a cultura juridica, e a frase clara e incisiva do Dr. Da Cunha Dias.

Já que os bonzos liquidam assim os dinheiros da Nação com os seus compadres da banca, não é demais pedir a alguem de boa-vontade que os liquide a eles.

Augusto Pinto — Ele e Eu — novela jornalística psicologica — cinematografica.

Quando Augusto Pinto me leu, meses atraz — «Ele e Eu» — ficámos de acordo que fizera obra de geito. Tinha originalidade no *processus*, punha de parte certos *filles* de trama novelistica, rompia com os *rodriguiños* da «novela-curta», da «novela sucesso». A novela «Ele e Eu», livre, moderna e avançada, estranha no recorte psicologico, europeia na arquitectura, tem um defeito para os pequenos que palram o *charabia* do Martinho — é escrita em português do melhor, uma lingua que eles não entendem e que este Pinto, que canta de galo, maneja á maravilha.

Pois em verdade vos digo, oh, Conselheiros Acacios do modernismo, se quereis aprender a ser modernos e novelistas, lêde «Ele e Eu», ou melhor lêde-o só a ele, que eu não tenho obra feita.

NO MUNDO DESPORTIVO

Os dinheiros da União

Depois de um Nunes, um Veloso

Onde pára a receita dos jogos efectuados no Norte, organizados pela U. P. F.?

A choldra, apesar do desdém com que é tratada, tanto frequenta os antros mais miseráveis da Mouraria, como os salões da nossa mais alta aristocracia.

Não ha nenhum assunto que constitua segredo para ela.

Como actualmente em Lisboa os assuntos desportivos são os que prendem a atenção da maioria dos seus habitantes, *A Choldra* conhecedora de todas as traquibernias que se tem desenrolado sob o manto do desporto, principalmente do foot-ball, vai revelar aos seus leitores todos os «negócios» de que tem profundo conhecimento, de molde a tirar de vez os bichos que tapam a vista áqueles que võem no desporto unicamente um aspecto, fisico quando, bem analisado, denota um aspecto bem diferente.

Como é a União Portuguesa do Foot-Ball o organismo supremo do jogo da bola, começaremos por revelar o que por lá se pássa.

Todos aquelles que se dedicam a assuntos desportivos, devem recordar-se de uma questão que, durante certo tempo, agitou o meio e que na imprensa da especialidade foi largamente comentada.

Tratava-se de um «desvio» de uma elevada quantia, operação feita pelo então tesoureiro da União, um tal Nunes...

O «desvio» foi largamente comentado, sobre o seu autor fizeram-se as mais asperas apreciações, mas o que é certo é que nunca mais se falou do caso.

Porque seria? Seria o receio das declarações do tal Nunes, que fez com que todos se calassem? Talvez.

Arrumado este «desvio», que talvez orçasse por uma dezena de contos, novo bico de obra appareceu, o que demonstra que os cofres da União são de facil acesso para todos aquelles que se querem governar... dizendo-se desportistas.

A epoca passada, um delegado da União, um Veloso, do Porto, foi incumbido de organizar os jogos do campeonato de Portugal, lá para as bandas do Norte.

Realizaram-se os encontros, venderam-se bilhetes, mas a respeito da «massa» nem eu...

Primeiro, insinuou-se. Depois, falou-se abertamente, e os dirigentes do *shoot*, calados que nem ratos...

Efectuaram-se reuniões, fingiu-se que se ventilava o «roubo» e no fim, nada.

Onde páram os trinta contos, é esta a receita calculada, deduzidas as despesas, que o Veloso devia entregar?

Porque se não entrega o caso á policia?

Então, uma criatura «esquece-se» de entregar uns «trinta contos» e ninguem se incomoda? Porque será?

Não haverá, dentro dos corpos gerentes da União, quem se resolva a aclarar este assunto, obrigando todos aquelles que se alpardaram com «fundos» que não eram seus, a entregá-los rapidamente, sob pena de procedimento judicial?

Será necessario que *A Choldra* os vá arrancar á sua obscuridade, dizendo ao publico desportivo quais as criaturas que abusando de um desporto da sua predileção, vão regaladamente guardando o que a outros pertence?

Como se depreende, este caso reveste aspectos de uma certa gravidade.

Conseguiu-se que o «poder executivo» legislasse de forma a isentar os espectaculos desportivos, para que a receita revertesse, na sua quasi totalidade, para os cofres dos clubes.

E os dirigentes, felizmente nem todos, mas este Veloso, pelo menos, arreeada a receita para o desenvolvimento fisico... das suas algibeiras.

Muito terá o publico desportivo a lucrar com as nossas revelações que tem um unico fito: abrir-lhe os olhos para que ele se não deixe espoliar...

Anibal Torres

A verdade é inseparavel da tolerancia, a primeira virtude de todo o homem e de toda a sociedade culta, sem a qual a civilização se tornaria uma palavra vã. A verdade é irmã gêmea da sinceridade que aniquilla todos os equívocos, todas as reticencias, todas as hipocrisias, que descobre os mysterios e descobre os mysterios e denuncia a mentira e dos que a exploram e propalam intencionalmente. A sinceridade é a luz, a vida, a saude moral.

Magalhães Lima.

REVISTA... da Semana

Por BATISTA DINIZ

CARTAZ

UMA FLOR

TEATRO DA POLITICA
HOJE HOJE

A revista de grande successo
O PAIZ É MEU!...

Desempenho magistral de toda a companhia politico-comico-acrobatica-mimica-dramatica e equestre ...

2º Quadro

Republica... da Flora

A scena representa o antigo reino da Flora,—hoje sob o regime republicano, como convem ao progresso e a certos magnates... Ao subir o pano estão em scena borboletas e flôres, rigorosamente vestidas (?) pelo habil *costumier* Castelo Bronco. Movimentos ritmicos ensaiados a capricho pelos *meteurs-en-scene* Augusto Soares e Rosa Mateus.

CORO (Com musica da Primavera, do Tim-Tim)

Eis o país das flôres,
Com todos seus odôres.
Quem saiba amar, bem a preceito,
Deve encontrar amor perfeito.

Eis o reino da Flora
Que toda a gente adôra.
P'ra conquistar uma mulher,
E' desfolhar o malmequer.

FLORA (*depois de musica*)

(*Entrando um carro triunfal*) Bom dia, meninas!

TODOS (*cumprimentando*)

Magestade!

FLORA

Qual magestade, nem qual carapuça... Não sabem que esse tempo já lá vai?...

TODOS (*como acima*)

Democratissima senhora!

FLORA

Assim! Assim convencem-me...
(*Outro tom*) Que temos de novo?

Um celebre botanico que deseja visitar-vos, pede audiencia.

FLORA

Como são as coisas! Uns a fugirem á justiça, outros a pedirem audiencia... (*Sorridente*) Manda-o entrar.

REPORTER Z

Vossa democracia permite...

FLORA

Entra, filho!

REPORTER Z

(*Aparte*) Filho? Quem será esta pèga...
(*Alto*) Com sua licença.

FLORA

Quem és e ao que vens?

REPORTER Z

Eu sou o reporter Z e...

TODOS

Reporter Z?

REPORTER Z

Sim, sou o Amzalak, informador gracioso de todos os jornais.

FLORA

Trazes carteira?

REPORTER Z

Para quê se eu não tenho vintem? Isso é com outra gente do mesmo apelido...

FLORA

A carteira de jornalista, homem!

REPORTER Z

Trago-a sempre comigo... (*Apontando o bolso*) V. Ex.^a não vê...

FLORA

(*Olhando com insistencia*) Agora reparo! E é vo lumosa...

REPORTER Z

(*Tirando a carteira e mostrando-a*) Se lhe ce...
Olhe: deste lado é o decreto 10401, o do C o de
Ferro, etc.

Deste é a licença de porte de arma, a] Congresso, a Exploração é ..

FLORA (*interrompendo-o*).

Não digas mais! Eu sei que no teu país a exploração é por todos os lados ..

REPORTER Z

Mas, vamos ao que importa. Farto já de aturar a atmosfera política de Lisboa, resolvi vir aqui respirar um pouco o perfume das flores. Dá-me licença que as cheire?...

FLORA

Isso não porque emurchecem ..
Quanto á atmosfera política, também aqui a respiras. Repára!

ROSA E CORO

(*Musica das Rosas do maestro Jose Padilla, cantada no Maria Vitoria pela actriz Lina Demoel*)

REFRAIN

O Rosa, é a flor do amor
Dos *Interesses Escandalosos*.
Ao Rosa, vão as massas dos talassas.
Dar prazer de infindos gosos...

No Rosa o perfume se resume
Sob o ceu de puro anil.
Ao Rosa, um imperio de misterio
Dá o 18 de Abril...

ROSA

Quando entrei para a gazeta,
E fi-lo em maré de rosas,
Como sou homem de treta,
Sonhei coisas deliciosas.

De pobre e simples moço
Passei a proprietario...
Por isso hoje não posso
Gramar qualquer *legionario*...

O Rosa, é a flor, etc.

REPORTER Z (*depois da musica*)

Olha quem ele é! E vem bem posto...

ROSA

Querias talvez que andasse mal vestido, eu que sou homem do *seculo*!

REPORTER Z (*com ira*)

Tartufo!

ROSA

Calta-te pobretão! Se continuas cai-te em cima o Carmo e o Trindade...

FLORA

Então o que é isso? Não ha respeito?

ROSA

Valha-me o Antonio Maria!

SILVA (*entrando*)

Aqui estou meu querido amigo!

REPORTER Z (a *Flora*)

Quem é este?

FLORA

Não conheces o homem da pêra?

REPORTER Z

Agora é que eu o matei. Mas vem vestido de planta!

FLORA

Pois se é o *Silva*...

SILVA

Vamos, meu amigo! Estes tipos dos jornais sérios...

CORO

(*Cantando com musica do «Olha a bandeira»*)

Se o Silva pica,
Da Rosa... o Pereira.
Chegadinhos ambos
Mas que grande chuchadeira.

(*Silva e Rosa saem*)

FLORA

Vou mostrar-te agora o Jacinto!

REPORTER Z

Não vale a pena, gosto mais do Jorge...

FLORA

Qual Jorge?

REPORTER Z

O Jorge Nunes que é filho do Jacinto.

FLORA

Tu falas como um lirio...

LIRIO (*envergando uma tunica romana*)

Aqui me tem a seus pés! (*Ajoelha*).

FLORA

Então, que é isso? Levante-se.

LIRIO

Isto é descer, marquesa? (*Levanta-se*).

REPORTER Z

Olha o doutor! Então como vai a Severa?

LIRIO

Severa, não conheço! O sr. está em erro. (*Ajeitando as pregas da tunica*). Isso era dantes!

REPORTER Z

Dantas, Dantas é que o dr. quer dizer...

A CHOLDRA

LIRIO (*em êxtase*)

Como era linda a abelha doirada que ha pouco poisou sobre a minha tunica liral e senatorial...

REPORTER Z

É verdade, v. ex.^a foi eleito senador!

LIRIO

Senador... romano! A minha velha aspiração... Ser Petronio...

REPORTER Z

Mas esse era o arbitro das elegancias!

LIRIO

E não o sou eu tambem das elegancias... literarias? (*A Flora*) Marqueza, espere-me logo no seu *boudoir*... Quero ler-lhe algumas passagens do *Como elas amam*... (*Numa reverencia à Mariyauz*) Como a adoro, marqueza... (*Sae*).

REPORTER Z

Este já é muito conhecido! Desejava arranjar uma *caixa* para os jornais...

FLORA

Vê se essa te serve. (*Entram dois galegos com um caixote a pau e corda. O caixote tem os seguintes dizeres: «B. M.» «Palacio de Belem».*)

REPORTER Z

Isto não é uma *caixa*, é um *caixote!* O que é que leva dentro?

FLORA

Não vês a quem se destina?...

REPORTER Z

Já sei! São chapéus altos. . .

FLORA

Enganas-te! Isto é para o sr. *Biberon* e *Meneses*... Não reparas nas iniciais?

REPORTER Z

Agora, agora! Então são exemplares do *Menino*...

FLORA

Isso sim! E' uma encomenda de papel feito de pétalas de flores.

REPORTER Z

Para o sr. *Biberon* escrever as suas memorias?

FLORA

Não! Para as querelas que vai promover na Boa Hora... (*Os galegos saem*).

REPORTER Z

Não tem mais flores?

FLORA

Tenho! Vou mostrar-te o *Girasol*!

RÉPORTER Z

Não se incomode! Embirro particularmente com essa flor, de que conheço varias especies... Tem a particularidade de se voltar para o sol nascente... Foi o que ainda ha pouco fez o *Velhinho Correia* . .

FLORA

Então queres vêr cravos?

REPORTER Z

Sendo vermelhos...

FLORA (*anunciando*)

Os cravos!

(*Grande marcha dos cravos vermelhos*)

CRAVO-MÓR (*depois de musica*)

Eu sou pelos explorados contra os exploradores!

TODOS

Apoiado! Apoiado! (*Colocam Cravo-mór sobre um grande vaso que diz: Poder.*)

REPORTER Z (*Escutando para fora de scena*)

A! vem a manifestação! (*Ouve-se a detonação de varios tiros*)

CRAVO-MÓR

Mas o que vem a ser isto? A força publica não se creou para espingardear o povo! (*Entram três embuçados sobraçando pastas que dizem: Deputado. Cada um deles mete uma rasteira ao vaso, deitando Cravo-mór a terra*)

REPORTER Z

Lá caiu o governo!

CRAVO-MÓR

Não faz mal! Os governos caem, mas as ideias não morrem...

FLORA (*A Reporter*)

Que mais queres?

REPORTER Z

Nada mais, porque tenho de ir para a Avenida fazer a reportagem do cortejo carnavalesco.

FLORA

Então vê antes o jazz-band das flôres!

(*Grandes evoluções das massas coraes que podem, querendo, vir desfilas na plateia entre os espectadores.*)

MUTAÇÃO

(*Depois do tremulo na orquestra e de se ter feito luz em scena, aparece um grande exemplar do «Seculo» tendo impressos os versos da canção do Rosa, para o publico cantar ao som da musica.*)

SUPREMA AFRONTA

O governo do sr. Antonio Maria da Silva, embriagado pela facil victoria alcançada, entrou na maré das perseguições e maiores atropelos á lei.

A Republica do sr. Antonio Maria, protegeu, acarinhou os revolucionarios de 18 d'Abril deixando que se efectuasse a vergonha do comicio na Sala do Risco. Tratava-se de monarquicos com raros republicanos, por engano, arrastados.

Aos homens que do outro lado do Tejo, altivamente, dignamente, bradaram ao país o seu grito de revolta contra a bandalheira em que vivemos e o seu anseio por uma Republica melhor, *deporta-os!*

Trata-se de republicanos, velhos republicanos.

Aos de 18 d'Abril, todas as honras. Aos de Vendas Novas, o porão do *Pero de Alemquer* esquecendo-se a qualidade do ex-ministro da Republica, do dr. Lacerda d'Almeida.

Entretanto os inimigos da Democracia preparam-se para novo assalto, reúnem, e o governo manda-lhes delegados!...

E' esta a *suprema afronta* á Republica e á Liberdade! Contra ela protestamos, gritando bem alto o nosso brado do primeiro numero:

Republicanos das esquerdas!

UNIR FILEIRAS!

Um novo e grande escandalo?

Das aguas turvas... do Guadiana, o que pretendo tirar a pollola?

Ha muito já que se anuncia o surgir de um novo e grave escandalo com o aspecto inerte de uma traição á Patria.

Dois candidatos a deputados que não conseguiram ser eleitos afirmavam que a levantariam no parlamento, e agora a Policia de Segurança do Estado está averiguando do facto.

Trata-se da existencia em Portugal, com nomes portuguezes mas, em verdade, espanhola e de espanhóis, de uma poderosa companhia de pesca funcionando com capitais que espanhóis são tambem.

Nesta companhia e neste caso, estão envolvidos nomes de algumas categorizadas pessoas tidas por honradas, *patriotas* e amigas da or-

dem, cuja divulgação espantará o indigena ingenuo. Muita reputação vai ser posta á prova.

Os pobres, humildes e desgraçados pescadores das nossas costas ficarão sabendo como, roubando-lhes o peixe, lhes roubam o pão certos malandros endinheirados que entre nós vivem bem acondicionados como a branca amendoa dentro do belo figo algarvio...

Referindo-se á propaganda de antes da Republica: «Qual o republicano, zeloso do dever civico, que não deseje ansiosamente realçar e proseguir a campanha dignificante que, através tantas vicissitudes, nos levou ascensionalmente até retomarmos o nosso posto na vanguarda das nações livres?»

Palavras do Chefe do Estado, no Porto.

A' nossa pergunta quem foi o ministro das Finanças que autorizou ao Banco de Portugal a emissão sem limite, causou engulhos a muitos e despertou viva curiosidade em todos. Quem seria, quem não seria?—inqueria-se pelos cafés e nos centros onde se política, — e aventavam-se nomes. Foi Fulano, foi Beltrano...

Vamos satisfazer essa ansiedade geral.

O ministro das Finanças que autorisou ao Banco de Portugal uma emissão de notas privadas sem garantia, foi o sr. *António Maria da Siloa*.

Eduardo de Sousa, redactor principal d'*A Choldra* agradece ao sr. dr. Eduardo de Sousa ex-redactor principal do jornal monarchico *Diario da Tarde*, o reclamo que, deste panfleto, graciosamente fez na imprensa da capital.

Hoje por toda a parte se ouve o mesmo grito: criar, produzir... O que significa trabalhar, agir, realizar. Mas como havemos de trabalhar, de agir, de realizar, se tivermos a dirigir-nos um mundo de espectros? Como pôde progredir uma Republica de fantasmas? E que outra coisa são os *bonzos*, senão espectros de um passado longiuquo?

José Domingos dos Santos.

A Choldra tem por fim concitar as energias do povo para a necessária e urgente campanha de depuração social e para a defeza e aperfeiçoamento das instituições republicanas

Todo o bom republicano deve auxiliar a publicação de **A Choldra**, semanario que defende a Justiça e a Verdade e sobrepõe aos interesses políticos partidarios, os direitos do povo e o interesse geral

Assinar **A Choldra** e arranjar-lhe assinantes é garantir-lhe a vida e assegurar-lhe o futuro, tornando esta publicação, que é uma tentativa, num meio certo de defeza da Republica e factor do seu progresso moral e material

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Mensal 4\$00 esc. — Trimestral 12\$00 esc. — Semestral 24\$00 esc. — Anual 48\$00 esc.
Pagamento rigorosamente adiantado. Sendo a cobrança feita pelo correio, acrece a respectiva despesa. — O leitor que angariar 6 assinaturas trimestrais terá direito a receber gratuitamente **A Choldra** durante o prazo de um semestre.

A Choldra é um órgão de opinião. Ele serve as lídimas ideias republicanas. Ele precisa do teu apoio. Não hesites em dar-lho prontamente.